José Paulo Netto
Marcelo Braz

ECONOMIA POLÍTICA:
uma introdução crítica

BIBLIOTECA BÁSICA DE SERVIÇO SOCIAL

VOLUME 1

8ª edição
1ª reimpressão

Introdução

Economia Política: da origem à crítica marxiana

No estudo introdutório de qualquer corpo teórico voltado para a explicação e a compreensão da vida social — como é a Economia Política —, uma breve referência à sua história e a controvérsias que atravessam a sua evolução é indispensável.

Nas teorias que se voltam para a vida social, muito mais que naquelas que têm por objeto a análise das realidades da natureza, as controvérsias extrapolam as diferenças relativas a métodos, hipóteses e procedimentos de pesquisa; além de divergências nesses domínios, nas teorias e ciências sociais as polêmicas e mesmo as oposições frontais devem-se ao fato de elas lidarem com interesses muito determinados de classes e grupos sociais. Nessas teorias e ciências, nunca existem formulações neutras, assépticas ou desinteressadas — é o que reconhecem os pensadores mais qualificados: em meados do século passado, o economista sueco Gunnar Myrdal (1898-1987), Prêmio Nobel de Economia/1974, observava que "uma 'ciência social desinteressada' constitui [...] um puro contra-senso. Tal ciência jamais existiu e jamais existirá" (Myrdal, 1965, p. 104); e, cem anos antes, Marx já aludira com ironia ao peso dos interesses que constrangem a teoria de que nos ocupamos:

> A natureza peculiar do material [que a Economia Política] aborda chama ao campo de batalha as paixões mais violentas, mesquinhas e odiosas do coração humano, as fúrias do interesse privado. A Igreja Anglicana da Inglaterra, por exemplo, perdoaria antes o ataque a 38 de seus 39 artigos de fé do que a 1/39 de suas rendas monetárias. (Marx, 1983, I, 1, p. 13)

A Economia Política aborda questões ligadas diretamente a interesses materiais (econômicos e sociais) e, em face deles, não há nem pode haver "neutralidade": suas teses e conclusões estão sempre conectadas a interesses de grupos e classes sociais. É por isso que, nesta Introdução, situando historicamente e de modo rápido a Economia Política, vamos também explicitar a perspectiva teórico-política que orienta a argumentação que sustentamos neste livro.

A Economia Política clássica

A expressão *Economia Política*, que tem origem no grego *politeia* e *oikonomika*, aparece, pela primeira vez, em 1615, quando Antoine Montchrétien (1575-1621) publica a obra *Traité de l'Économie Politique* [Tratado de Economia Política]. E embora surja em textos de François Quesnay (1694-1774), James Steuart (1712-1780) e Adam Smith (1723-1790), é apenas nos primeiros vinte anos do século XIX que passa a designar um determinado corpo teórico. Mas isso não significa que a Economia Política só se constituiu e sistematizou como campo teórico na entrada do século XIX — significa apenas que nesses anos ela passou a ser reconhecida como tal.

Com efeito, ao longo dos séculos XVII e XVIII, desenvolveu-se e acumulou-se o estoque de conhecimentos que haveria de estruturar a Economia Política, resultante da contribuição, nesse decurso temporal, de um largo rol de pensadores, dentre os quais caberia lembrar William Petty (1623-1687), na Inglaterra, e Pierre de Boisguillebert (1646-1714), na França. No entanto, o que se pode denominar de *período clássico* da Economia Política (ou, ainda, *Economia Política clássica*) vai de meados do século XVIII aos inícios do século XIX; mais precisamente, a Economia Política clássica "começa na Inglaterra, com Petty, e na França, com Boisguillebert" e "termina com [David] Ricardo

[1772-1823] na Inglaterra e [Jean-Charles-Leonard Simonde de] Sismondi [1773-1842] na França" (Marx, 1982, p. 47).[1]

Nos maiores representantes da Economia Política clássica, Smith e Ricardo, a despeito das diferenças entre suas concepções teóricas,[2] encontram-se nitidamente duas características centrais da teoria que vinha se elaborando há quase duzentos anos.

A primeira delas refere-se à natureza mesma dessa teoria: não se tratava de uma disciplina particular, especializada, que procurava "recortar" da realidade social um "objeto" específico (o "econômico") e analisá-lo de forma autônoma. Para os dois autores mencionados, como para vários daqueles que os precederam, centrando a sua atenção nas questões relativas ao *trabalho*, ao *valor* e ao *dinheiro*, **à Economia Política interessava compreender o conjunto das relações sociais que estava surgindo na crise do *Antigo Regime***[3] — e naquelas questões "se explicitavam, de forma irrecusável, as transformações em curso na sociedade, a partir da generalização das relações mercantis e de sua extensão ao mundo do trabalho" (Teixeira, 2000, p. 100). Os *clássicos* da Economia Política não desejavam, com seus estudos, constituir simplesmente *uma* disciplina científica entre outras: almejavam compreender o modo de funcionamento da sociedade que estava nascendo das entranhas do mundo feudal; por isso, nas suas mãos, a Economia Política se erguia como fundante de uma *teoria social, um elenco articulado de ideias que buscava oferecer uma visão do conjunto da vida social*. E mais: os *clássicos* não se colocavam como "cientistas puros", mas tinham claros objetivos de intervenção política e social.[4]

---

1. Ou, diversamente, nas palavras de Schumpeter (1968, p. 75): "[...] O nome de economistas clássicos é geralmente dado aos economistas de primeira categoria, durante o período que vai da publicação da *Riqueza das nações* até à dos *Princípios* de J. S. Mill, em 1848". As referências são à obra, publicada em 1776, de Adam Smith, *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* e à de John Stuart Mill (1806-1873), publicada em 1848, *Princípios de Economia Política*.

2. Diferenças que se prendem, inclusive, às conjunturas históricas em que os dois pensadores trabalharam — diversamente de Smith, Ricardo elabora suas concepções quando a Revolução Industrial já se consolida na Inglaterra e surgem as primeiras grandes manifestações do protesto e da rebeldia operários (o movimento *ludista*).

3. Por *Antigo Regime* (em francês, *Ancien Régime*) designa-se o conjunto de instituições da feudalidade ocidental.

4. Aloisio Teixeira verificou que o compromisso dos *clássicos* com os problemas próprios da ascensão burguesa era igualmente *prático*, dados os vínculos que estabeleciam entre a Economia Política e

A segunda característica da Economia Política clássica relaciona-se ao modo como seus autores mais significativos trataram as principais categorias e instituições econômicas (dinheiro, capital, lucro, salário, mercado, propriedade privada etc.): **eles as entenderam como categorias e instituições *naturais* que, uma vez descobertas pela razão humana e instauradas na vida social, permaneceriam eternas e invariáveis na sua estrutura fundamental.** Esse entendimento, os *clássicos* deviam-no à inspiração das concepções próprias do *jusnaturalismo moderno*, extremamente influente na Europa Ocidental dos séculos XVII e XVIII e que marcou vigorosamente a *teoria política liberal* (ou o *liberalismo clássico*), cujo grande representante foi o inglês John Locke (1632-1704).

Essa característica, assim como a anterior, é indicativa do compromisso sociopolítico da Economia Política clássica — sabe-se que o liberalismo clássico constituiu uma arma ideológica da luta da burguesia contra o Estado absolutista e contra as instituições do *Antigo Regime*. Nos seus teóricos mais importantes (e, de novo, deve-se lembrar aqui Smith e Ricardo), ela condensou os interesses da burguesia revolucionária, que se confrontava com os beneficiários da feudalidade (a nobreza fundiária e a Igreja). Naqueles teóricos, as influências jusnaturalistas e liberais não são um acaso, mas sinalizam que suas realizações intelectuais inserem-se no quadro maior da *Ilustração* que, como é notório, configura um importante capítulo no processo pelo qual a burguesia avança para a construção do seu domínio de classe, que assinalou, em face da feudalidade, um gigantesco progresso histórico. Em resumidas contas, **a Economia Política clássica expressou o ideário da burguesia no período em que esta classe estava na vanguarda das lutas sociais, conduzindo o processo revolucionário que destruiu o *Antigo***

---

as medidas de *política econômica*: "O momento histórico em que o interesse por assuntos econômicos vai atraindo um número crescente de pensadores, não só provenientes do campo da filosofia política, mas também homens com formação voltada para problemas práticos, é exatamente o momento da formação dos Estados nacionais e da generalização das relações mercantis. Tais processos [fizeram] com que atividades como as relacionadas com finanças e tesouraria adquirissem nova importância. [...] O objetivo dos autores que escreveram sobre problemas econômicos, nos séculos XVII e XVIII, não era a teoria de *per se*, muito menos a construção de modelos abstratos de análise, mas a discussão e a formulação de políticas concretas, envolvendo tributos, moeda, comércio, preços etc." (Teixeira, 2000, p. 93-94). Quanto à diversidade de pensadores que se dedicaram à Economia Política, tal como referida por Teixeira, recorde-se que, se Adam Smith foi professor de Filosofia Moral na Universidade de Glasgow, David Ricardo foi um bem-sucedido operador da Bolsa de Valores de Londres.

Regime — e não foi por outra razão, aliás, que o filósofo húngaro Georg Lukács (1885-1971) considerou-a a "maior e mais típica ciência nova da sociedade burguesa".

Porém, esse claro compromisso da Economia Política clássica com o programa da Revolução Burguesa não converteu os seus grandes representantes, como os citados Smith e Ricardo, em defensores cegos e acríticos da nova ordem social que surgia. Na própria medida em que a Revolução Burguesa, à época, expressava os anseios emancipadores da humanidade, os *clássicos* dispunham de uma amplidão de horizontes que lhes permitia elaborar com profunda objetividade a problemática posta pelo surgimento da nova sociedade. No seu exemplo, pois, constata-se que a *objetividade*, em matéria de teoria social, não é o mesmo que "neutralidade": precisamente por não serem "neutros", defendiam uma ordem social mais livre e avançada que a da feudalidade — por isso, os *clássicos* puderam enfrentar sem constrangimentos as novas questões econômico-sociais.

A crise da Economia Política clássica

Entre os anos vinte e quarenta do século XIX — ou, com mais exatidão, entre 1825/1830 e 1848[5] — desenha-se a crise e a dissolução da Economia Política clássica. Essa crise insere-se num contexto bem determinado: nessas décadas, altera-se profundamente a relação da burguesia com a *cultura ilustrada* de que se valera no seu período revolucionário, cultura que configura, no plano das ideias, o chamado *Programa da Modernidade*.

A cultura ilustrada condensa um projeto de emancipação humana que foi conduzido pela burguesia revolucionária, resumido na célebre consigna *liberdade, igualdade, fraternidade*. Entretanto, a emancipação possível sob o regime burguês, que se consolida nos principais países da Europa Ocidental na primeira metade do século XIX, não é a *emancipação humana*, mas somente a *emancipação política*. Com efeito, o regime burguês emancipou os homens das relações de dependência pessoal, vigentes na feudalidade; mas a liberdade política, ela mesma essencial, esbarrou sempre num limite absoluto,

5. Por volta de 1825, manifestou-se a primeira *crise econômica* do capitalismo; em 1848, explodiram revoluções democrático-populares na Europa Ocidental e Central.

que é próprio do regime burguês: nele, a igualdade *jurídica* (*todos são iguais perante a lei*) nunca pode se traduzir em igualdade *econômico-social* — e, sem esta, a emancipação *humana* é impossível.

Portanto, a Revolução Burguesa, realizada, não conduziu ao prometido *reino da liberdade*: conduziu a uma ordem social sem dúvida muito mais livre que a anterior, mas que continha limites insuperáveis à emancipação da humanidade. Tais limites deviam-se ao fato de a revolução resultar numa nova dominação de classe — *o domínio de classe da burguesia*. E não é preciso dizer que a existência daqueles limites contradizia as promessas emancipadoras contidas na cultura ilustrada.

Instaurando o seu domínio de classe, a burguesia experimenta uma profunda mudança: renuncia aos seus ideais emancipadores e converte-se numa classe cujo interesse central é a conservação do regime que estabeleceu. Convertendo-se em classe *conservadora*, a burguesia cuida de neutralizar e/ ou abandonar os conteúdos mais avançados da cultura ilustrada. Por seu turno, as classes e camadas sociais que, ao lado da burguesia revolucionária, articularam o bloco social do *Terceiro Estado* e agora viam-se objeto da dominação burguesa trataram de retomar aqueles conteúdos e adequá-los a seus interesses.

O movimento das classes sociais, naqueles anos — entre as décadas de vinte e quarenta do século XIX —, mostra inequivocamente que estava montado um novo cenário de confrontos: não mais entre a burguesia (que, antes, liderara o *Terceiro Estado*) e a nobreza, mas entre a burguesia e segmentos trabalhadores, com destaque para o jovem proletariado. Se o *movimento ludista* inglês fora derrotado pouco antes, a ele substituiu-se o *movimento cartista*; e, no continente, avolumam-se as rebeliões e insurreições. Todo esse processo vai explodir nas revoluções de 1848: nas convulsões que abalam a Europa, um novo antagonismo social central está agora na ordem do dia — dois protagonistas começam a se enfrentar diretamente, a burguesia conservadora e o proletariado revolucionário.

No plano das ideias, 1848 assinala uma inflexão de significado histórico-universal: a burguesia abandona os principais valores da cultura ilustrada e ingressa no ciclo da sua *decadência ideológica*, caracterizado por sua incapacidade de classe para propor alternativas emancipadoras; a herança ilustrada passa às mãos do proletariado, que se situa, então, como sujeito revolucionário.

É nesse contexto que se compreende a crise da Economia Política clássica — sua crise é parte daquela inflexão, ocasionada pela conversão da burguesia em classe conservadora. Na medida em que expressa os ideais da burguesia *revolucionária*, a Economia Política clássica torna-se incompatível com os interesses da burguesia *conservadora*. Não é casual, portanto, que o pensamento burguês pós-1848 abandone as conquistas teóricas da Economia Política clássica — como também não é casual que tais conquistas se transformem num legado a ser assumido pelos pensadores vinculados ao proletariado.

Uma observação é suficiente para indicar a incompatibilidade da Economia Política clássica com os interesses da burguesia convertida em classe dominante e conservadora. Trata-se do modo como aquela enfrentou o problema da riqueza social (ou, mais exatamente, da *criação de valores*): para os *clássicos*, **o *valor* é produto do *trabalho***. Se essa concepção era útil à burguesia que se confrontava com o parasitismo da nobreza, deixou de sê-lo quando pensadores ligados ao proletariado começaram a extrair dela consequências socialistas. A teoria clássica do *valor-trabalho* (cf. adiante, no Capítulo 1, o item 1.4), que fora uma arma da burguesia na crítica ao *Antigo Regime*, torna-se agora uma crítica ao regime burguês: nas mãos de pensadores vinculados ao proletariado, a teoria do *valor-trabalho* serve para investigar e demonstrar o **caráter explorador** do capital (representado pela burguesia) em face do trabalho (representado pelo proletariado). Os *clássicos* puderam desenvolver a teoria do *valor-trabalho* porque pesquisavam a vida social e econômica **a partir da *produção* dos bens materiais, e não da sua *distribuição***; por isso, não só a teoria do valor-trabalho era incompatível com os interesses da burguesia conservadora: também o era a pesquisa da vida social fundada no estudo da produção econômica.

Compreende-se, assim, que, após 1848, tanto a teoria do valor-trabalho quanto a investigação social e econômica a partir da análise da produção tenham sido abandonadas pelo pensamento burguês conservador; mais do que isso: foram consideradas "extracientíficas" pela *Economia* que, a partir da segunda metade do século XIX, substituiu — na cultura burguesa e especialmente nos meios acadêmicos — a Economia Política clássica. E se compreende também que ambas, a teoria do valor-trabalho e a análise social e econômica a partir da produção, tenham sido recuperadas pelos pensadores vinculados aos interesses das massas trabalhadoras.

Se, entre 1825/1830 e 1848, a Economia Política clássica experimenta a sua crise, na segunda metade do século a sua inteira dissolução está consumada — e isso se verifica até mesmo pelo desuso da expressão *Economia Política*. De fato, o que resulta da dissolução da Economia Política clássica são duas linhas de desenvolvimento teórico mutuamente excludentes: a investigação conduzida pelos pensadores vinculados à ordem burguesa e a investigação realizada pelos intelectuais vinculados ao proletariado (com Karl Marx à frente). Nos dois casos, a antiga expressão é deslocada: no primeiro, é abandonada e substituída pela nominação mais simples de *Economia*;[6] quanto a Marx, ele sempre se refere à sua pesquisa como *crítica da Economia Política*. E, em ambos os casos, a mudança de nomenclatura sinaliza alterações substantivas na concepção teórica, relativas aos valores, ao objeto, ao objetivo e ao método de pesquisa.

A *Economia* vai se desenvolver no sentido de uma disciplina científica estritamente especializada, depurando-se de preocupações históricas, sociais e políticas. Tais preocupações serão postas à conta das outras *ciências sociais* que se articulam na sequência de 1848: a História, a Sociologia e a Teoria (ou Ciência) Política. No marco dessa "divisão intelectual do trabalho científico", a Economia se especializa, institucionaliza-se como disciplina particular, específica, marcadamente técnica, que ganha estatuto científico-acadêmico. Adequada à ordem social da burguesia conservadora, torna-se basicamente instrumental e desenvolve um enorme arsenal técnico (valendo-se intensivamente de modelos matemáticos). Ela renuncia a qualquer pretensão de fornecer as bases para a compreensão do conjunto da vida social e, principalmente, deixa de lado procedimentos analíticos que partem da produção — analisa preferencialmente a superfície imediata da vida econômica (os fenômenos da *circulação*), privilegiando o estudo da *distribuição* dos bens produzidos entre os agentes econômicos e quando, excepcionalmente, atenta para a produção, aborda-a de modo a ladear a teoria do valor-trabalho.

Tal Economia, cujos esboços aparecem nos textos de autores que Marx qualificou como *economistas vulgares*,[7] tem as suas primeiras formulações mais

6. Esta substituição — *Political Economy* por *Economics* — foi consagrada com a publicação, em 1890, dos influentes *Principles of Economics* [Princípios de Economia], de Alfred Marshall (1842-1924).

7. Para Marx, entre outros, eram típicos representantes da "economia vulgar" William Nassau Senior (1790-1864), Frédéric Bastiat (1801-1850) e John Stuart Mill (1806-1873).

acabadas nas obras de William S. Jevons (1835-1882), Carl Menger (1840-1921) e Léon Walras (1834-1910). No curso do seu desenvolvimento, do fim do século XIX até os dias atuais, ela evoluiu no sentido de inúmeras especialidades e se diferenciou numa diversidade de "escolas", lideradas, em alguns casos, por intelectuais muito qualificados.[8] Perfeitamente integrada nos circuitos universitários, legitimou-se produzindo um corpo de profissionais credenciados para atuar como gestores nas empresas capitalistas e na administração pública.

A constituição dessa "ciência econômica" marca uma verdadeira *ruptura* em face da Economia Política clássica. Desta, ela herdou uma característica: a consideração das categorias econômicas próprias do regime burguês como realidades supra-históricas, eternas, que não devem ser objeto de transformação estrutural, senão ao preço da destruição da "ordem social"; assim, para essa "ciência econômica", *propriedade privada*, *capital*, *salário*, *lucro* etc. fazem parte, natural e necessariamente, de qualquer forma de organização social "normal", "civilizada", e devem sempre ser preservados. Mas a "ciência econômica" abandonou resolutamente as ideias que, formuladas pela Economia Política clássica, poderiam constituir elementos de crítica ao regime burguês (por exemplo, a teoria do valor-trabalho, que foi substituída pela teoria da "utilidade marginal") e, com esse procedimento de princípio, tornou-se um importante instrumento de administração, manipulação e legitimação da ordem comandada pela burguesia.

Não é a essa tradição teórica e política que se vincula a argumentação que desenvolveremos nas páginas subsequentes. A opção teórico-política que sustenta as ideias apresentadas neste livro remete à crítica da Economia Política elaborada por Marx.

A crítica da Economia Política

Karl Marx (1818-1883) aproximou-se das ideias revolucionárias que germinavam no movimento operário europeu pouco depois de haver concluído o seu curso de Filosofia (1841) — e, de 1844 até sua morte, todos os

8. Entre os quais cabe destaque para o austríaco Joseph A. Schumpeter (1883-1950) e o inglês John Maynard Keynes (1883-1946).

seus esforços foram dirigidos para contribuir na organização do proletariado para que este, rompendo com a dominação de classe da burguesia, realizasse a emancipação humana.

Para Marx, o êxito do protagonismo revolucionário do proletariado dependia, em larga medida, do *conhecimento rigoroso* da realidade social. Ele considerava que a *ação revolucionária* seria tanto mais eficaz quanto mais estivesse fundada não em concepções utópicas, mas numa *teoria social* que reproduzisse idealmente (ou seja, no plano das ideias) o movimento real e objetivo da sociedade capitalista. Por isso, na perspectiva de Marx, a *verdade* e a *objetividade* do conhecimento teórico não são perturbadas ou prejudicadas pelos *interesses de classe* do proletariado; ao contrário: na medida em que o sucesso da ação revolucionária da classe operária depende do conhecimento verdadeiro da realidade social, o ponto de vista (ou a perspectiva) que se vincula aos interesses do proletariado é exatamente aquele que favorece a elaboração de uma teoria social que dá conta do efetivo movimento da sociedade.

É assim que, ligado à classe operária e sob o estímulo de Friedrich Engels (1820-1895), seu camarada de ideias e de lutas, Marx articulou, numa pesquisa que cobriu quase quarenta anos de trabalho intelectual, a teoria social que esclarece o surgimento, o processo de consolidação e desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa (capitalista). Das pesquisas de Marx resultou que a sociedade burguesa não é uma organização social "natural", destinada a constituir o ponto final da evolução humana; resultou, antes, que é uma forma de organização social *histórica*, *transitória*, que contém no seu próprio interior contradições e tendências que possibilitam a sua superação, dando lugar a outro tipo de sociedade — precisamente a *sociedade comunista*, que também não marca o "fim da história", mas apenas o ponto inicial de uma nova história, aquela a ser construída pela humanidade *emancipada*.

A teoria social de Marx foi elaborada a partir da *cultura ilustrada* a que já fizemos referência. Herdeiro intelectual da Ilustração, Marx beneficiou-se de seus principais frutos: a filosofia clássica alemã (notadamente o *método dialético* de Georg W. F. Hegel [1770-1831]), a *crítica social* dos pensadores utópicos (especialmente Charles Fourier [1772-1837] e Robert Owen [1771-1858]) e a *Economia Política clássica*. Esta última, com efeito, está na base da teoria social de Marx: a sua crítica é um dos suportes da teoria social

marxiana e não é por acaso que a principal obra de Marx, *O capital*, tenha por subtítulo a expressão *crítica da economia política*.[9]

A crítica marxiana à Economia Política não significou a negação teórica dos *clássicos*; significou a sua **superação**, incorporando as suas conquistas, mostrando os seus limites e desconstruindo os seus equívocos. Antes de mais, Marx *historicizou* as categorias manejadas pelos *clássicos*, rompendo com a naturalização que as pressupunha como eternas; e pôde fazê-lo porque empregou na sua análise um *método novo* (o método *crítico-dialético*, conhecido como *materialismo histórico*). Realizando uma autêntica revolução teórica, Marx jogou toda a força da sua preparação científica, da sua cultura e das suas energias intelectuais numa pesquisa determinada: a análise das leis do movimento do capital; essa análise constitui a base para apreender a dinâmica da sociedade burguesa (capitalista), já que, nessa sociedade, o conjunto das relações sociais está subordinado ao comando do capital. Por isso, a própria obra marxiana só foi possível pela existência prévia da Economia Política clássica, uma vez que nesta se encontravam elementos que, submetidos a um tratamento historicizante e considerados sob nova perspectiva metodológica, sinalizavam o movimento e o comando do capital.

A Economia Política marxista

A crítica da Economia Política clássica realizada por Marx possibilitou o conhecimento teórico da estrutura e da dinâmica econômicas da sociedade burguesa. A análise das leis de movimento do capital e as descobertas marxianas operadas na segunda metade do século XIX continuam válidas até hoje porquanto, corridos cento e cinquenta anos, a nossa sociedade permanece subordinada aos ditames do capital. Nesse lapso temporal, porém e compreensivelmente, a sociedade burguesa experimentou transformações muito profundas e emergiram fenômenos e processos que não foram estudados por Marx.

---

9. *O capital. Crítica da economia política* compreende três livros em seis volumes; só o primeiro livro foi publicado por Marx (1867); o segundo e o terceiro foram editados por Engels (respectivamente em 1885 e 1894); um quarto livro d'*O capital*, que compreende três volumes, foi publicado (por Karl Kautsky, entre 1905 e 1910) e editado no Brasil sob o título *Teorias da mais-valia*. Recorde-se que, em 1859, Marx já publicara uma obra intitulada *Para a crítica da economia política*.

Ao longo do século XX, esses fenômenos e processos foram o alvo da pesquisa de analistas que, inspirados por Marx (especialmente incorporando o seu método crítico-dialético), procuraram esclarecê-los e integrá-los ao corpo teórico instaurado pelo autor d'*O capital*, construindo o que se pode designar como Economia Política marxista.[10] Nesse esforço para ampliar o estoque de conhecimentos, realizaram-se muitos avanços e novas descobertas se efetivaram — mas o campo da Economia Política marxista registra no seu interior inúmeras polêmicas, confrontos de ideias e de posições. Se há consenso sobre várias questões e problemas novos, também há discrepâncias e dissensos e, curiosamente, o debate envolve até mesmo o próprio objeto da Economia Política marxista.

Neste livro, partiremos da concepção geral que foi enunciada por Engels, segundo a qual a Economia Política, "no sentido mais amplo, é a ciência das leis que regem a produção e a troca dos meios materiais de subsistência na sociedade humana" (Engels, 1972, p. 158); contudo, essa concepção será considerada com a ênfase posta por Lênin: "o objeto da Economia Política não é simplesmente a 'produção', mas as relações sociais que existem entre os homens na produção, a estrutura social da produção" (Lênin, 1982, p. 29).

Desenvolvendo e sistematizando tal concepção, o professor Oskar Lange afirma que o objeto da Economia Política é a *atividade econômica*, ou seja, a produção e a distribuição dos bens com os quais os homens satisfazem as suas necessidades individuais ou coletivas; essa produção e distribuição constituem o *processo econômico*, e "o objetivo da Economia Política [...] é estudar as leis sociais que regulam o processo econômico". Em suma, "a Economia Política é a ciência das leis sociais da atividade econômica" (Lange, 1963, p. 19).

No presente texto, nosso objeto é a atividade econômica sobre a qual se estrutura a nossa sociedade, a sociedade burguesa. O leitor terá aqui, numa exposição panorâmica, uma síntese das análises desenvolvidas pela Economia Política marxista e, com ela, pretendemos oferecer elementos que julgamos fundamentais para a formação universitária de estudantes das ciências sociais e humanas e, especialmente, para a formação profissional dos assistentes sociais.

10. Nos limites deste livro é impossível consignar o conjunto desses autores; indiquemos apenas, quase aleatoriamente e tão-somente, os nomes de R. Luxemburgo (1871-1919), V. I. Lênin (1870-1924), N. I. Bukharin (1888-1938), R. Hilferding (1877-1941), E. Varga (1879-1964), O. Lange (1904-1965), M. Dobb (1900-1976), P. A. Baran (1910-1964), P. M. Sweezy (1910-2004), U. Kozo (1897-1977), E. Mandel (1923-1995), I. Mészáros (1930) e F. Chesnais (1934).

Sugestões bibliográficas

O contexto histórico em que se dá a afirmação e a crise da Economia Política clássica é adequadamente reconstruído em dois livros de E. J. Hobsbawm, *A era das revoluções. 1789-1848* e *A era do capital. 1848-1875* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 e 1982). Acerca do *ludismo* e do *cartismo*, tratados sinteticamente por W. Abendroth (*A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977), há análises detalhadas em E. P. Thompson (*A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.).

O processo revolucionário de 1848 pode ser apreciado na leitura de Fernando Claudín, *Marx, Engels y la revolución del 1848* (México: Siglo XXI, 1975); suas implicações culturais são exploradas no ensaio de Georg Lukács sobre "Marx e o problema da decadência ideológica" (*Marxismo e teoria da literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968) e no capítulo I do livro de Carlos Nelson Coutinho, *O estruturalismo e a miséria da razão* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972).

A discussão sobre a objetividade nas teorias e ciências sociais é bem conduzida por Michael Löwy: *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen* (São Paulo: Cortez, 1994). Num registro mais polêmico e contundente, essa discussão encontra-se nas partes I, II e III de *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*, de István Mészáros (São Paulo: Ensaio, 1993).

Para uma aproximação à história da Economia Política, são proveitosas as páginas de Joseph A. Schumpeter, *Teorias econômicas — de Marx a Keynes* (Rio de Janeiro: Zahar, 1970), de Claudio Napoleoni, *Smith, Ricardo e Marx. Considerações sobre a história do pensamento econômico* (Rio de Janeiro: Graal, 1983) e de Francisco J. S. Teixeira, *Trabalho e valor. Contribuição para a crítica da razão econômica* (São Paulo: Cortez, 2004).

Uma erudita análise do jusnaturalismo encontra-se na primeira parte da obra de Norberto Bobbio e Michelangelo Bovero, *Sociedade e Estado na filosofia política moderna* (São Paulo: Brasiliense, 1986); um tratamento didático do liberalismo é oferecido por Andrew Vincent no segundo capítulo de *Ideologias políticas modernas* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar,

1995). Quanto à relação Ilustração/Modernidade, vale a consulta ao quarto ensaio do livro de Sérgio Paulo Rouanet, *Mal-estar na modernidade* (São Paulo: Companhia das Letras, 1993).

A problemática da emancipação humana foi classicamente formulada por Marx em *Para a questão judaica* (Lisboa: Avante!, 1997). No que tange ao método de Marx, sua análise rigorosa deve-se a Georg Lukács: *Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx* (São Paulo: Ciências Humanas, 1979); aproximações sucintas, referenciadas à Economia Política, encontram-se na abertura da parte I de Paul M. Sweezy, *Teoria do desenvolvimento capitalista* (Rio de Janeiro: Zahar, 1962) e no ensaio de Aloisio Teixeira, "Marx e a economia política: a crítica como conceito", publicado na revista *Econômica* (Niterói: Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense, v. II, n. 4, dez. 2000).